COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS - CREDN

REQUERIMENTO Nº , 2008

(Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Requer a realização de Audiência Pública com autoridades que nomeia, para fazer a análise e o debate acerca de questões sociais, econômicas e políticas relacionadas aos fluxos migratórios de brasileiros para países de economia desenvolvida, como EEUU, Japão, e membros da União Européia, e para regiões de fronteira com países latino-americanos, como Bolívia, Paraguai e Guianas.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com as seguintes autoridades e demais participantes, para conhecer, perquirir e avaliar questões sociais, econômicas e políticas relacionadas aos fluxos migratórios de brasileiros para países de economia desenvolvida e regiões de fronteira com países vizinhos do Brasil, no continente sul-americano.

Participantes:

- 1) Sr. Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores;
- 2) Sr. Tarso Genro, Ministro da Justiça;
- 3) Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda;
- 4) Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil

- 5) Sra. Ana Cristina Braga Martes, da Fundação Getúlio Vargas;
- 6) Sra. Lili Kawamura, socióloga, autora do livro " Para onde vão os brasileiros ".

JUSTIFICATIVA

Cidadãos brasileiros têm sido alvo de ações discriminatórias por parte de autoridades alfandegárias de países da União Européia, alegadamente sob o manto do Acordo Schengen, que obriga cada país integrante daquela entidade regional observar regras comuns de ingresso de estrangeiros no território europeu. Recentemente, a Comissão Permanente de Defesa Nacional e Relações Exteriores realizou Audiência Pública com a doutoranda brasileira Patrícia Guimarães que fora impedido de seguir viagem com destino final para Lisboa, Portugal, por agentes alfandegárias espanhóis, no aeroporto de Barajas, em Madri. Ali ficaram flagrantes as limitações da ação das autoridades consulares brasileiras, na proteção de brasileiros no Exterior, e o retardo das medidas e protestos diplomáticos junto a autoridades governamentais espanholas diante do crescente embargo á circulação de cidadãos brasileiros naquele País europeu, alegadamente por medidas restritivas a imigrantes ilegais.

No entanto, o Brasil historicamente é um país que acolhe de braços abertos estrangeiros, quer venham estes aqui na condição de turistas, residentes temporários ou como trabalhadores. Uma outra feição que este movimento de circulação de pessoas transfronteiriço apresenta é que o Brasil, já há mais de duas décadas, tornou-se ponto de origem de fluxos migratórios para países desenvolvidas no hemisfério norte e no Oriente, particularmente, o Japão.

Releva observar que, apesar das incertezas a respeito dos números de brasileiros vivendo no Exterior, como migrantes, mesmo ilegais, estimativas dignas de nosso crédito indicam a probabilidade de haver mais de dois e meio milhões de brasileiros – talvez mais de três milhões - trabalhando e residindo no Exterior, sendo os países de maior concentração, os EEUU, o Japão, e o Paraguai. Na União Européia, há uma dispersão entre Portugal, Espanha, Itália, por razões de maior identidade sócio-cultural, de idiomas e histórico de vínculos familiares e étnicos, mas encontra-se expressiva comunidade de brasileiros no Reino Unido (Inglaterra, Irlanda, Escócia, País de Gales).

Não vamos sequer tratar aqui do caso dos desportistas, pois já é sabido que jogadores de futebol brasileiros estão disseminados em todo o orbe terrestre, agora que o futebol tornou-se mais popular e praticado no mundo todo do que o basquetebol!

Ainda não nos caracterizamos como um povo em permanente diáspora, porém já se pode considerar esse fluxo migratório aqui referido como, no mínimo, apresentando singulares aspectos econômicos e sócio-políticos.

A questão da singularidade econômica dessa circulação de brasileiros há décadas para determinados países no Exterior decorre do fato de que as remessas de divisa, originadas por estes trabalhadores, representarem cifras da ordem do bilhão de dólares. Há forte probabilidade de que estas transferências anuais tenham já adquirido vulto igual ou superior às receitas, por exemplo, do complexo soja. Para se ter uma perspectiva do volume de remessas dos *dekasseguis*, o Banco do Brasil, o BRADESCO, o Itaú e o Santander (adquirente do BANESPA) têm políticas empresariais direcionadas para esse nicho de mercado no Japão. O Banco do Brasil, dono da maior parte dos negócios com os trabalhadores brasileiros no Japão, também está investindo para tentar aumentar a quantidade de serviços que oferece a cada cliente naquele país. Hoje, o principal produto procurado pelos imigrantes é a poupança, seguido pelo câmbio e as remessas de dólar. Uma das possibilidades é oferecer à clientela novas alternativas de investimento, que apresentam rendimentos

melhores que os da caderneta. A idéia promete. No ano passado a agência de Tóquio fechou com o recorde de US\$ 1 bilhão em captação de novos ativos.

Existe o Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes, conhecido com Fundo Dekassegui, que conta com aportes de US\$12 milhões e teve aprovação do BID, por intermédio do FUMIN, e do qual participa o Banco Sudameris e o SEBRAE-Nacional, desde 2001, com o objetivo de promover atividades empreendedoras dos dekasseguis, que tenham experiência e desejem iniciar negócios quando de seu retorno ao Brasil.

No Paraná, sabe-se da existência de uma associação de investidores dekasseguis, que almejam o retorno definitivo à pátria brasileira, com recursos amealhados com seu trabalho no Japão, a Dekasseguis S.A. - DESA.

Nos EEUU, também se sabe que brasileiros estabelecerem-se em localidades no entorno das cidades maiores que os atraíram e emprestam-lhes colorido particular.

O Banco Central confirma o crescimento das remessas de residentes brasileiros no Exterior na conta do balanço de pagamentos. Segundo o chefe do Departamento de Pesquisas Econômicas (Depec) do BC, Altamir Lopes, nos anos 80, as remessas não passavam de US\$ 150 milhões. Em 2000, o BC registrou a entrada de US\$ 1,5 bilhão.

Contudo os números do BC estão bem abaixo do que os contabilizados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Para fazer o estudo sobre remessas, a entidade coletou dados de 1999 com bancos centrais dos países da América Latina, e por considerar que os registros oficiais subestimavam a quantidade do dinheiro enviado, elevou os totais em 15%.

No caso do Brasil, o banco citou as remessas vindas do Japão pelo BB, Banespa e Sudameris, que juntas chegavam a US\$ 1,5 bilhão, como prova de que o BC não acusava o total das transferências.

O coordenador do estudo do BID, Donald Terry, garante que o envio de dinheiro por emigrantes está se tornando um importante meio de crescimento econômico dos países. No Haiti, por exemplo, a remissão de divisas em 1999 equiparou-se a 17% do PIB, na Nicarágua a 14,4%, em El Salvador, 12,6% e no Equador, 10%.

No Brasil, de acordo com o BID, o dinheiro trazido do exterior representou, nos últimos 2 anos, apenas 0,3% do PIB. Mas a quantia equivale a metade do que entra através do turismo e 6% dos investimentos estrangeiros!

Portanto, esta Casa deve enfrentar o desafio de compreender o que se passa com os brasileiros no Exterior. Por exemplo, o reconhecimento institucional deste fenômeno é ainda extremamente tímido por parte das nossas autoridades, em qualquer esfera e nível. O representante do Ministério das Relações Exteriores que esteve presente em Audiência Pública recentemente realizada aqui, admitiu o quanto é incipiente a ação do Itamaraty nos países onde há maior contingente de brasileiros residentes. Não há a representação política específica dos imigrantes brasileiros no Congresso Nacional, como ocorre por exemplo no Parlamento Italiano, para o qual são eleitos membros pelas comunidades de italianos e descendentes residentes em países onde a migração de italianos teve destaque. Brasileiros no Exterior têm apenas o direito de votar para Presidente da República, e mesmo para isso enfrentam dificuldades para o deslocamento até as circunscrições eleitorais nos Consulados brasileiros e para o exercício do voto restrito.

Acreditamos que é hora para um debate aprofundado dos reflexos econômicos, políticos, sociais e culturais dos fluxos migratórios brasileiros. Temos que melhor entender o fenômeno e agir, e para ter nesses ousados e corajosos concidadãos os modernos emissários da paz, da concórdia e da brasilidade em todo o mundo.

Conto com o generoso o apoio dos pares para esta iniciativa.

Sala de Sessões, 26 de março de 2008

Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP)